

PSICOLOGIA E PASTORADO LAICO: PENSANDO AS ESTRATÉGIAS DE GOVERNO DA INFÂNCIA

Sandra Raquel Santos de Oliveira¹

Resumo: Esse artigo é parte de uma pesquisa que tem como objetivo pensar as estratégias de cuidado e pedagógicas investidas sobre a infância que de alguma forma estão envolvidas na produção do que chamaremos de uma “cultura da mansidão”. Seguimos na espreita de que muitas práticas de cuidado e pedagógicas, envolvendo de forma privilegiada as práticas psicológicas, são acionadas no sentido de compor estrategicamente com as políticas de amansamento. A principal chave conceitual para pensar essas estratégias é a noção de pastorado de Estado/laico ou contemporâneo, uma atualização de práticas pastorais de um cristianismo ocidental moderno institucionalizado na forma-igreja em práticas orientadas por saberes qualificados como científicos e articulados a práticas de governo. Nesse sentido, a colaboração histórica da Psicologia nesses processos configura-se como uma demanda do aparecimento da sociedade moderna para legitimar os modos de existir individualizados e docilizados como dominantes, portanto, os mais próximos do que seria considerado como normal e saudável, através de táticas medicalizantes e judicializantes. Por outro lado, como campo de produção inventiva, a Psicologia pode colaborar para operar fissuras com essa lógica individualizante fartamente fortalecida pelos processos de medicalização dos chamados processos de cuidado, de aprendizagem e desenvolvimento humanos. Entretanto, parece que a transformação das práticas hegemônicas depende fundamentalmente dos lugares estratégicos que ocupamos e da maneira como ocupamos. Não se pode perder de vista a permeabilidade das funções institucionais e desses lugares de poder, entendendo-os como os modos possíveis de efetivarmos nossas políticas.

Palavras-chave: Psicologia. Pastorado. Governo. Infância.

¹Bolsista PNPd-CAPES do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e professora colaboradora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Email: sraquel.oliveira31@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

1.1 CENA ANALISADORA²

“Para os especialistas ouvidos pelo R7, a medida³ é considerada injusta e prejudica a população mais carente. O presidente da ABP (Associação Brasileira de Psiquiatria), Antônio Geraldo da Silva, critica a necessidade de submeter o paciente a uma equipe multidisciplinar, invalidando a decisão médica.

- Isso é um patrulhamento do nosso trabalho. É censura à prescrição e um processo ideológico. Se há excesso no uso de ritalina não é problema médico, mas policial e de vigilância sanitária.

Como profissional e mãe de uma jovem com o transtorno de atenção, a psicóloga e psicoterapeuta Iane Kestelman, presidente da ABDA (Associação Brasileira de Déficit de Atenção), concorda que a prescrição deve ser médica, mas o tratamento multidisciplinar.

- O diagnóstico e a prescrição do medicamento cabem ao médico. É incompreensível que ele perca essa autonomia. É verdade que o tratamento deve envolver profissionais de outras áreas, mas a maioria desconhece TDAH e não há nenhuma iniciativa para sua capacitação[...] A presidente da ABDA lembra que a falta de tratamento pode desencadear consequências psicológicas graves, como “baixa autoestima, depressão, abuso de drogas, exclusão social e ansiedade.”

O que o discurso médico afirma como ideológico? O que o discurso materno, investido do saber-poder da Psicologia reivindica como prevenção e cuidado para o seu filho e para os filhos dos outros? Quais riscos são produzidos e aparatos de segurança são acionados nessas falas e como eles atravessam as práticas educacionais?

Esse trabalho é parte de uma pesquisa em andamento e tem como objetivo pensar as estratégias de cuidado e pedagógicas investidas sobre a infância 2 Divulgada por um portal de notícias de grande circulação nacional. Estamos denominando “Cena analisadora” toda espécie de artefato cultural – fotos, filmes, notícias, fragmentos de narrativas (ver a breve nota metodológica) - que saltam cotidianamente diante de nós, mas raramente nos atentamos. Quando nos deixamos tomar pelos seus aspectos acontecimentais - tomando aqui a noção de acontecimento foucaultiana, como aquilo que, quando irrompe, e não é apenas descrito como fato, expõe toda uma rede de discursos, de poderes, estratégias e de práticas (Revel, 2005) – funcionando como um analisador (Lourau, 1993) do nosso momento histórico e de suas práticas correlatas.

3A medida refere-se a uma portaria publicada pela prefeitura de São Paulo que passa a exigir a avaliação de equipe multidisciplinar antes da prescrição da medicação da Ritalina, medida que ratifica uma recomendação do Ministério da Saúde, publicada em 2015, visando prevenir a excessiva medicalização de crianças e adolescentes. Documento disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/outubro/01/Recomenda-es-para-Prevenir-excessiva-Medicaliza-o-de-Crian-a-e-Adolescentes.pdf> último acesso em 22/11/2017

que de alguma forma estão envolvidas na produção do que chamaremos de uma “cultura da mansidão”. Para tanto, parte-se do entendimento de que a produção de obediência envolve investimentos educacionais. Apesar de uma cultura que valoriza hegemonicamente gestos de mansidão ser engendrada como efeito de práticas sociais e institucionais diversas e concêntricas, envolvendo aí complexos processos de ensino e aprendizagem que não se restringem a escola, não nos furtaremos de colocar essa instituição em análise – e em segundo momento desse trabalho, espaço de intervenção - uma vez que se configura como *locus* privilegiado onde esses processos se dão. Para Veiga Neto e Traversini (2009) a escola, além de ter um papel preponderante nas transformações do mundo contemporâneo, funciona como uma *“dobradiça que articula duas superfícies de emergência: o deslocamento das práticas pastorais e o advento da Razão de Estado”* (p. 16).

Uma das principais características destacadas por Foucault (2008a, 2013) acerca do pastorado é que ele afirma a organização de uma instância de obediência pura, como um tipo de conduta unitária, altamente valorizada e que tem o essencial da sua razão de ser nela mesma. O que produz, portanto, uma relação de dependência integral da *ovelha* com aquele que a dirige.

Em pesquisa anterior (Oliveira, 2015), provocada por cenas analisadoras que envolviam as práticas da Psicologia numa teia de funcionamento pastoral – definida como atividade de governo das condutas, discutimos como a Psicologia configura-se, em vários aspectos, como um pastorado laico. Chamamos de pastorado de Estado/laico ou contemporâneo, uma atualização de práticas pastorais de um cristianismo ocidental moderno institucionalizado na forma-igreja em práticas orientadas por saberes qualificados como científicos e articulados a práticas de governo.

Nessa direção, vimos que uma das práticas nascidas na modernidade e apontadas por Foucault (2008a) como pastorais (nesse sentido atualizadas), inclusive de maneira privilegiada, são as práticas pedagógicas. Emergiu, então, nesse processo de pesquisa anterior, um interesse por essa zona de contato de práticas de pesquisa e intervenção situada entre a Psicologia e as práticas educativas e de cuidado voltadas para a infância. No trajeto de pesquisa atual o problema da obediência ganha destaque e acaba por se encontrar com uma vasta problematização no campo das práticas psicológicas que envolvem as estratégias de

medicalização⁴ e de judicialização⁵ da infância. Levantamos uma questão acerca dos dados que parecem desenhar uma espécie de epidemia de diagnósticos dos chamados transtornos mentais especificamente infantis e a proliferação dos discursos produtores de riscos não estariam “escamoteando”⁶ práticas discursivas e não discursivas de valorização e produção da obediência como índice de saúde e virtude (entendida como qualidade de uma conduta moral reta; direita).

Cabe ainda perguntar, nessa introdução do problema e a título de justificativa metodológica do uso da cena analisadora acima, de que maneira essas práticas pastorais se atualizam? Estamos apontando alguns elementos de atualização como práticas e falas competentes que ocupam posições institucionalmente estratégicas na produção de subjetividades tuteladas, amansadas. De maneira simples, mas bastante sagaz, Baptista (1999) nos deu pistas de onde encontrá-las e em quais falas:

Ligue a TV, leia os jornais, escute no rádio os debates sobre os temas do dia-a-dia. Perceba nas entrelinhas das reportagens com profissionais do psiquismo, com religiosos e artistas famosos. Atente para as falas sobre sexo, sobre identidades e pestes. Incorporadas em profissionais de prestígio, os amoladores de faca⁷ circulam dentro e fora da mídia, produzindo a ingênua e eficaz impressão de uma fala individual e neutra (p.47).

Trata-se de um alerta, portanto, para o perigo dessa aposta no ideal de neutralidade como tentativas de despolitização das produções de saberes, transmutados, então, em verdades que balizam condutas, produzem modos de subjetivação dominantes e fortalecem políticas genocidas de exclusão. Refaz, então, sob nosso ponto de vista, uma ligação amiúde apagada entre esses tais saberes e os

4 Tratamos como medicalização a expansão dos poderes e saberes médicos a todas as esferas da vida, nesse caso à colonização desse poder no território das práticas de cuidado e educativas. A maioria dos autores que usam essa expressão tem inspiração na análise foucaultiana acerca da socialização da Medicina a partir do séc. XVIII, configurando-se como um aparato de gestão populacional. Mas também acrescenta-se a essa referência as análises que tratam da inundação dos fármacos nas práticas médicas contemporâneas e atribuem o termo a Ivan Illich, numa publicação de 1975 (Boarini e Yamamoto, 2004; Decotelli, Bohrer e Bicalho, 2013; Moysés e Collares, 2013).

5Nesse caso trata-se da expansão dos poderes judiciários ou “redefinição do judiciável” (Lobo, 2012), uma espécie de redefinição e/ou expansão do que se considera objeto de julgamento judiciário, acentuando a difusão das funções judiciárias através de todo o corpo social na atualidade.

6As aspas justificam-se pela dúvida se a palavra é adequada num cenário em que a droga mais fartamente prescrita para esses casos foi batizada pela própria indústria de fármacos de “concerta” e pela grande mídia de “droga da obediência”.

7Ele chama de amoladores de faca, nesse belo trabalho, agentes sem rostos que preparam o solo para atos sinistros que dizem condenar, tornando-se aliados da faca que esparteja ou do tiro certo nos olhos seja por fortalecer os processos de legitimação desses atos, seja por enfraquecer a carne da “vítima”.

microfascismos do nosso cotidiano atual, apontando que as práticas desses tais agentes que carregam a bandeira do humanismo estão na esteira da violência que dizem abominar.

Tomemos esse fio de pensamento, que rearticula os discursos de gestão de riscos e de um suposto cuidado a seus efeitos nefastos de patologização/tutela/normalização, assumindo a estratégia de Foucault (2008b), em sua obra *Vigiar e Punir*, na medida em que coloca em análise as chamadas práticas disciplinares. Ele usa como estratégia de análise as transformações dos regimes de poder refletidas nas estratégias de reforma penal do século XVIII, com o aparecimento da pena privativa de liberdade – talvez um dos principais alvos na contemporaneidade dos investimentos ditos humanitários. Esse novo elemento no cenário penal configurou-se em determinado momento histórico, não somente como expressão de uma nova economia do poder, mas como processo de humanização da pena na medida em que se abandona o suplício em favor da prisão. Considerando as transformações nesse sentido, as chamadas práticas preventivas e educativas colocar-se-á na extensão do “mesmo” processo de humanização das penas, como um recurso a um aparato preventivo/educativo e supostamente menos punitivo.

Diante das observações acerca de como se estruturará a pena privativa de liberdade – ainda tomando esse exemplo de prática de humanização do suplício – destacamos que a principal implicação desse deslocamento da incidência da pena para a vida das pessoas é que o aparelho penal tornou-se, aparentemente, menos cruel, em termos da incidência da aplicação da pena sobre o corpo, porém, mais presente – seu alcance estende-se a todas as esferas da vida e do cotidiano. Em outras palavras, o aparelho penal, antes facilmente identificável, implacavelmente imposto aos nossos olhos atentos e sedentos de “justiça”⁸, diluiu-se, objetivando um alcance *infra* na vida das pessoas.

O chamado homem moderno e civilizado – efeito, inclusive, dessas práticas preventivas/educacionais - parece não suportar, portanto, o contato direto com a reparação que ele próprio pode exigir do nascente aparato punitivo estatal. Quer que essa reparação ganhe uma nova “roupagem”. Nesse mesmo sentido, as famílias parecem aderir rapidamente a modelos de educar “politicamente corretos” sem palmadas e não, mas não hesitam em medicalizar demasiadamente suas crianças. As escolas ganham novas tecnologias que substituem a palatória por salas de aula equipadas com câmeras que oferecem aos pais imagens do
 8 Erika Reis (2015) problematiza “o que se quer quando se pede por justiça”, evidenciando os esfumaçamentos produzidos entre as noções de justiça e vingança nos discursos do que ela chamou de “homem do ressentimento” na contemporaneidade.

“processo de alfabetização” do filho em tempo real (ironicamente na “palma da mão”).

Observamos, portanto, que as transformações ocorridas através de uma difusão dos discursos de humanização no contato com as práticas institucionais de dois ou três séculos para cá ocorrem articuladas com a emergência de um novo tipo de homem, ou, pelo menos, do que passa a ser critério de humanidade. Trata-se do homem moderno, civilizado, direito, contido, docilizado, amansado. Estamos apostando, no presente trabalho, que muitas práticas de cuidado e pedagógicas, envolvendo aí de forma privilegiada as práticas psicológicas, serão acionadas no sentido de compor estrategicamente com as políticas de subjetivação envolvidas nesse projeto mais amplo de uma cultura da mansidão.

2. BREVE NOTA METODOLÓGICA

[...] essa análise, tem no meu entender, o papel de mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, pelos choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são elementos de luta (FOUCAULT, 2008, p. 5).

Nessa direção, para produzir algumas interferências com o estudo em questão, colocaremos-nos na busca por narrativas sobre trajetórias, arranjos, produção e valorização da docilidade como conduta saudável, especialmente no contexto infantil. Ressaltamos a estratégia metodológica que disparamos no início desse trabalho: pesquisa e apresentação de cenas e falas (podendo ser incluídos vídeos e imagens) que ganham espaço nos grandes veículos midiáticos, uma vez em que as mídias são artefatos culturais importantes no processo de produção de subjetividades e sociabilidades contemporâneas (Sibilia, 2012). De acordo com a proposta, o procedimento obedece a critérios e temáticas previamente estabelecidos pelo pesquisador, servindo como disparadores do debate. As cenas, falas e vídeos são escolhidos em função de sua capacidade de provocar, portanto, no grupo de pesquisa, uma discussão sobre questões relacionadas a uma espécie de plano consensual da mansidão como uma qualidade valorizada na infância, buscando produzir alguns tensionamentos.

A jornalista e antropóloga Rial (2005 apud Balestrin, 2011) adota o termo “etnografia de tela” para referir-se, especificamente, a estudos de textos da mídia

em que emprega procedimentos próprios da pesquisa etnográfica, aliados a ferramentas próprias da crítica cinematográfica. O termo teria surgido dos “estudos de tela” que desde os anos 1980 já se referiam ao estudo etnográfico dos artefatos da mídia. Para a realização desse tipo específico de etnografia. Destaca-se ainda os seguintes procedimentos adotados: longo período de contato com o campo (neste caso, com os filmes, peças publicitárias, imagens e discursos especialistas que circulam na grande mídia); observação sistemática e variada (acessar essas peças de diferentes modos, compartilhando com o grupo de pesquisa, com pausas para registro e debates); registro em caderno de campo (tanto da descrição das cenas filmicas e de imagens, como de questões e pontos que pareciam potencialmente interessantes para análise); escolha de cenas analisadoras que visam colocar em questão nosso problema de pesquisa. No caso da Cena analisadora apresentada no início desse trabalho, ela “saltou” em destaque em meio a enxurrada de informações e apelos supostamente jornalísticos a que somos expostos cotidianamente, articulando-se a pesquisa teórica que já se encontrava em curso.

3. DISCUSSÃO

Para Figueiredo (2017), a Psicologia desde o seu nascimento oficial como ciência independente, vive, ao lado de outras ciências humanas, uma crise permanente caracterizada pela extraordinária diversidade de posturas metodológicas e teóricas. Ele assinala ainda a importância de pensar a Psicologia e sua história como fenômenos socioculturais, pois em meio a um processo de redefinição do modo de produção de conhecimento, esse campo de saberes e práticas emerge em meio a tantas outras práticas sociais modernas que irão compor o terreno de sua proliferação teórica e sua diversidade epistemológica. Tomemos, portanto, a emergência da Psicologia como a emergência de um conjunto de práticas e saberes modernos, em meio a tantas outras, mas de forma potente e privilegiada pelas relações de poder que estabelecem, que se articulam num processo permanente de produção de modos de subjetivação.

3.1. PSICOLOGIA E PASTORADO LAICO

Partimos da perspectiva que as políticas de subjetivação do contemporâneo estão demasiado atreladas a diversas estratégias de docilização dos corpos. Aliada a essa perspectiva, propomo-nos pensar o sujeito como efeito de práticas

sociais diversas, portanto em constante processo de produção histórica. Nesse sentido, há uma transição que interessa em demasia à nossa pesquisa, já que pretendemos pensar nas atualizações de elementos do pastorado em práticas emergentes na modernidade: como muitas das funções pastorais são retomadas no exercício da governamentalidade entre os séculos XVII e XVIII, na medida em que o governo pôs-se também a querer se encarregar da conduta dos homens (Foucault, 2008a). Esse autor vai colocar em análise como os problemas dos conflitos de conduta vão passar a ser muito mais uma questão para as instituições políticas do que para as religiosas. É aqui que entendemos entrar a colonização de todas as práticas de cuidado e pedagógica pelos saberes médicos e psis, além das interferências judicializantes.

Quando insistimos em denominar esse modo de governo da vida em pastorado não estamos designando essas novas práticas - as ações adjuvantes, que compõem uma espécie de nível técnico do complexo tutelar instaurado pelo Estado Moderno - como um braço das instituições religiosas. Mas, se estamos percorrendo caminhos que pensam a história como nos propõe Foucault⁹, estamos pondo em análise como no seio de uma chamada “Revolução Científica”, que prometia subverter qualquer possibilidade de relação dogmática na produção de saber, resistem e transmutam-se focos de dogmatismo, obscurantismo e práticas institucionais supostamente laicas tão fartamente encharcadas de moralismos religiosos. Dizendo de outro modo: como o pastorado transforma-se para se tornar uma estratégia de governo das condutas no campo político com o aparecimento da forma Estado e como aparecem nas falas competentes dos novos mandatários do governo das almas, como salta na nossa cena analisadora.

Foucault (2013) enfatiza algumas mudanças importantes para pensarmos em termos de atualização e não de permanência do “mesmo” poder pastoral ao longo do tempo. Em primeiro lugar já não se trata mais de dirigir o povo para a sua salvação no outro mundo, mas, antes, assegurá-la neste mundo. E o que significa isso nesse contexto? Ele nos mostra que nesse caso a palavra *salvação* pode ter diversos significados: saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança¹⁰, proteção contra acidentes. Ou seja, uma série de objetivos

9 Ver como Veyne (1998) toma a questão da história em Foucault: trata-se de um elemento inventivo, que reconfigura toda uma relação com a verdade. Destacamos, portanto, que quando nos referimos à história, estamos marcando uma ruptura com a História enquanto registro historiográfico e que supõe despretensiosamente narrar de maneira mais verídica um fato ocorrido. Pensamos história como mais uma prática discursiva que opera uma construção política de mundo.

10 O professor Frédéric Gros (2012), propõe pensar a Segurança, como um Princípio balizador das sociedades contemporâneas. De acordo com ele, há uma queixa generalizada acerca de um agravamento do sentimento de insegurança e se anuncia, frequentemente, através de falas competentes (tradução livre para uma expressão literal “enunciados eruditamente”) que a segurança é a liberdade primeira. Nota-se um grande

“mundanos” que derivaram dos objetivos da pastoral tradicional. Vemos, portanto, que uma certa produção de bem-estar tornou-se objeto do poder pastoral moderno, que Foucault (2008a) denomina como de funcionamento laico por estar atrelada à governamentalidade dos Estados. Trouxemos os elementos dessa pastoral contemporânea que torna a salvação como um imperativo de felicidade nesse mundo, mas também alguns elementos daquela “pré-Estado” porque entendemos que ela não foi completamente abandonada, apenas passaram por uma espécie de transição. E quais seriam, então, os efeitos dessa transição?

[...] de fazer nascer uma nova ordem social, de suscitar um novo homem. E, por conseguinte, ele tem que necessariamente de funcionar, até certo ponto, como uma contra-sociedade, uma outra sociedade, mesmo que não faça mais que reproduzir a que existe; e, por conseguinte, ele se apresenta, ele funciona internamente como uma espécie de outro pastorado, de uma governamentalidade, com seus líderes, com suas regras, sua moral, seus princípios de obediência, e nessa medida, ele detém, como vocês sabem, uma enorme força para se apresentar ao mesmo tempo como uma outra sociedade, uma outra forma de conduta, e para canalizar as revoltas de conduta, para tomar o lugar delas e dirigi-las (FOUCAULT, 2008a, p. 263).

Propomos, então, forçar algumas convergências possíveis entre as práticas psicológicas contemporâneas, seus efeitos e as estratégias empreendidas pelo que Foucault (2008a) chama de pastorado. E onde estaria situada essa suspeita? Por que pensar essas possíveis convergências? E como pensá-las? Nossa ideia, inspirada no mesmo autor, é percorrer seus efeitos. Ambas as práticas parecem produzir subjetividades individualizadas e docilizadas, reclamando que seus afetos sejam tutelados por outrem, preferencialmente um outro competente¹¹ para tal.

Pensar o poder pastoral ou pastorado é pensar o problema do governo articulado aos dispositivos de segurança contemporâneos, ou seja, é pensar modos de viabilizar uma governamentalidade. Pensar o pastorado passa por pensar também como se problematiza essas estratégias de governo no sentido que pro-fortalecimento das vozes que constituem a segurança, como o desemprego e a ecologia, uma preocupação majoritária da população, de fato, como uma condição indispensável ao desenvolvimento das crianças e auto-satisfação do adulto.

11 O destaque à expressão “competência” é dado por Chauí (1982) e utilizado por Coimbra (2002) para discutir a pretensa neutralidade e cientificidade das falas dos especialistas, problematizando especialmente os psis, tomados como nosso campo de análise, na medida que as falas apresentadas na cena inspiradora são emitidas por dois psis. Esses discursos, tomados como tais, além de operar uma dicotomia entre Psicologia e Política, “[...] geram o sentimento coletivo de incompetência, poderosa arma de dominação, pois serão elas que dirão em última instância, a todos como “ver, tocar, sentir, falar, ouvir, escrever, ler, pensar e viver” (CHAUÍ, M., 1982, p.59, apud COIMBRA, 2002).

duzem delimitações, individualização e homogeneidades, ao tempo que dependem dessas produções para se efetivarem. E qual seria o lugar da diferença nesse processo? O papel dos especialistas no que consideramos como novas cruzadas, também está em questão, uma vez que seu papel é estratégico em um contexto de uma economia de circulação dos discursos e dos jogos de verdade como uma atualização da prática pastoral, operando estratégias de ortopedia, de produção de obediência através de dispositivos de “dependência integral” (2008), que fortalecem processos de individualização e amansamento.

Entendemos que um dos efeitos da produção e circulação desses saberes é a delimitação, a captura dos afetos em determinado campo semântico e a delimitação das fronteiras identitárias. Essa produção e circulação, por sua vez, estão fortemente atreladas aos modos de subjetivação dominantes, tomadas como modelo em determinado segmento social e com pretensões de se impor universalmente. Supomos, também, que esses modos dominantes vêm sendo historicamente endossados pelos saberes ditos científicos e, apesar da recusa explícita, estão articulados a exercícios de poder. De acordo com (Heckert e Rocha, 2012), as próprias chamadas estratégias de inclusão social trazem como parâmetro modelos a serem atingidos por todos e, nesse sentido, os discursos das políticas públicas não conseguem romper com a lógica da in/exclusão¹², tornando, nesse sentido, as práticas de cuidado e assistência para todos como uma exigência de homogeneidade, que inscreve cada corpo num mesmo referencial e intensifica demandas por especialistas, avaliações, assistência e penalidades.

Cabe destacar ainda que, assim como Foucault (2008a), pensamos que o problema do governo dos outros como um problema eminentemente do mundo cristão¹³. Ele nos mostra que a história do pastorado no Ocidente, como modelo de governo dos homens, é indissociável do cristianismo. Não pretendemos nos

12 Expressão atribuída Maura Corcini Lopes (2004) e amplamente discutida pelo Grupo de pesquisa em Inclusão (GEPI) nos seus trabalhos reunidos sobre Inclusão e Biopolítica (Fabris & Klein, 2013).

13 O que Foucault (2008a) entende por cristianismo, segundo ele mesmo, não é consensual, nem homogêneo, ele abrange uma série de realidades diferentes. De acordo com o autor, seria mais preciso afirmar que o pastorado começa com certo processo pelo qual uma religião; uma comunidade religiosa se constitui como igreja, isto é, como instituição que aspira ao governo dos homens em sua vida cotidiana a pretexto de levá-los à vida eterna em outro mundo. E isto na escala, não apenas de um grupo definido, não apenas de uma cidade ou Estado, mas de toda a humanidade. Ele elabora ainda uma breve, mas complexa discussão para apoiar sua tese de que a história do pastorado no mundo ocidental só começa com o cristianismo. Essa discussão passa essencialmente pela diferenciação entre o pastor e o homem político na Antiguidade. A política não deve se ocupar globalmente de tudo, tal como o pastor deveria cuidar do seu rebanho, segundo ele. Por outro lado, e talvez por isso mesmo, a ação política depende de ações adjuvantes e preparatórias – atividades menores, mas necessárias à cidade e subordinadas à ação política. Como exemplos, ele nos traz a ação do médico, do agricultor, do ginasta e do pedagogo, essas sim, podendo ser consideradas pastorais; mas o homem político não é um pastor. O homem político domina a arte de prescrever, de comandar. A reflexão grega sobre política exclui, portanto, de acordo com esse autor, a valorização do tema do pastor.

estender numa análise do cristianismo, mas consideramos importante destacar do que se trata e em que ponto nosso interesse se volta mais para a dimensão política do pastorado e sua relação com o Estado. Também nos interessa, como já acentuamos, as possibilidades de aplicação da metáfora pastoral às práticas psicológicas. Adiantamos alguns aspectos que podem ser percebidos como pontos de convergência dos efeitos das políticas de subjetivação entre ambas as práticas: os processos de tutela e a decomposição de forças resistentes. Ora, dizer pelo outro implica em construir para ele e no lugar dele o próprio sentido para seus processos de vida.

Haveriam possibilidades de pensar micropoliticamente práticas psicológicas como não limitadas a aparar as possíveis arestas do processo de governamentalização das pessoas, engajando-se em processos de fortalecimento do ingovernável; de potencialização do que excede às delimitações das fronteiras entre normal e anormal, saúde e doença, o humano e o monstro? Para Decotelli, Bohrer e Bicalho (2013) esse caminho passa pela desnaturalização da norma em prol da busca de caminhos singulares, entendendo as instituições tais como Medicina, a Família, a Escola e a Infância como uma produção histórica e social. E, nesse sentido, a produção implica em processos de invenção de modos de ser, de diferenciação, multiplicação, enfatizando a dimensão do encontro dessas práticas institucionais e a infância e seus desvios como modo de problematização do mundo adulto.

3.2. A PSICOLOGIA E O GOVERNO DA INFÂNCIA

E aquilo que se deve compreender por disciplinarização das sociedades, a partir do século XVIII na Europa, não é, sem dúvida que os indivíduos que dela fazem parte se tornem cada vez mais obedientes nem que elas todas comecem a se parecer com casernas, escolas ou prisões; mas que se tentou um ajuste cada vez mais controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e os jogos das relações de poder (FOUCAULT, 2013, p.286).

Lembramos que aquilo que define uma relação de poder, de acordo com Foucault (2013), é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas age sobre sua própria ação. Trata-se, como podemos ver no contexto do pastorado, de uma condução. Importante essa distinção colocada pelo autor, destacando que uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas, forçando, submetendo, destruindo e, produzindo, em outro polo, a passividade e reduzindo, ao máximo possível, a resistência. Enquanto que uma relação de

poder se apoia necessariamente em um “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) que é o sujeito de ação. Ora, se sobre a ação que o poder se exerce, é necessário preservar infinitamente o sujeito como sujeito de ação.

Entretanto, Foucault (2013) não propõe oposição entre violência e relações de poder, mas os usos dessas últimas não são exclusividade daquela. Apesar de as relações de poder não dispensarem o uso da violência, e recorrerem a ela com frequência, o autor enfatiza um instrumento/efeito das relações de poder que nos interessa particularmente: “a aquisição de consentimentos” (p.287). Retomemos aqui nossa cena analisadora: “*Para os especialistas ouvidos pelo R7, a medida é considerada injusta e prejudica a população mais carente.*” Vários pressupostos subjazem nessa fala – a necessidade da medicação é um ponto consensual e natural, a “população carente” adquiriu o direito de receber a medicação e está sob ameaça e, portanto, esta fala pretende representar uma necessidade/desejo dessa população.

Ainda ignora ou esfumaça aspectos tais como – é provável que tenhamos, do nosso lugar de saber-poder, produzido um diagnóstico e, por conseguinte, uma necessidade de consumo de uma dada droga, é possível que a tal medida esteja chamando a atenção para o uso exagerado e indiscriminado de uma substância que pode ser nociva à saúde dessa população que se apressa em se considerar em falta... Além disso, inverte a lógica de que o próprio processo de medicalização da infância configura-se como um processo de policiamento, no sentido de gestão da vida, ao tempo que tenta colocar o próprio poder médico num lugar subalternizado que ele, ao contrário, encarrega-se de produzir: “*Isso é um patrulhamento do nosso trabalho. É censura à prescrição e um processo ideológico*”. Patrulhamento/censura/ideológico signos capturados e sobrecodificados por essa inversão.

Mas o que esse enunciado quer produzir? Qual seu alvo? Haveria aqui uma preocupação com a assistência e o cuidado, como ela pretende fazer passar? O professor Luiz Antonio Baptista mais uma vez nos inspira com a proposta de pensar nas figuras resguardadas por uma pretensa neutralidade como agentes sem rostos, humanistas e que estão sempre disponíveis a oferecer respostas, funcionando como uma espécie de mercadores dos possíveis problemas contemporâneos: trabalhando na produção, circulação e venda das suas respostas.

Nunca dizem não, não seguem as regras dos torturadores, que reprimem e usam a dor. Ávidos por criar perguntas e respondê-las, por criar problemas e solucioná-los, defendem um humanismo que preencha o

vazio de um homem fraco e sem força, um homem angustiado e perplexo, necessitado de tutela (BAPTISTA, 1999, p. 46).

E como esse mercado dos problemas contemporâneos impacta nossas práticas de cuidado e educativas? Nessa direção e problematizando uma política de subjetivação pautada no amansamento dos corpos destacando a estratégia de medicalização da infância, Decotelli, Bohrer e Bicalho (2013) afirmam que essa montagem de regime disciplinar configura-se como uma naturalização do indivíduo infantil apartado de um plano coletivo de forças, implicando numa política de individualização e assujeitamento¹⁴. O mote para essa análise desses autores é uma notícia sobre o aumento do consumo da droga indicada para crianças diagnosticadas com algum distúrbio escolar, por exemplo – o Brasil tornou-se o segundo maior consumidor mundial – como analisador das práticas de cuidado e pedagógicas.

Para muitos pesquisadores, tais como Collares e Moysés (1996), o processo de medicalização da infância deve ter seus efeitos problematizados em dois níveis, ambos perversos: por um lado rotula e patologiza crianças, por outro ocupa toda a prática educativa com tal intensidade com seus discursos, atendimentos e preocupações que tira de cena seus principais atores. Além disso, ofusca os determinantes políticos e pedagógicos dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, reduzindo a supostas doenças individuais as dificuldades de cunho institucional, social e político.

Destacamos, então, uma característica do poder pastoral que se reflete no seu objetivo, qual seja, o alcance da salvação mundana: saúde, bem-estar, felicidade. Trata-se de um poder befaizejo; seu funcionamento visa o bem de quem se conduz; sua salvação. Nesse sentido, Heckert e Rocha (2013) pensam as artes de governar que tem se tecido nos processos de formação e gestão da/na infância articulam o sucateamento da vida, que amortece os desassossegos e tensionamentos com medicalizações, judicialização da vida e culpabilizações, *“reduzindo a casos médicos as inquietações, perturbações, conflitos e tensões experimentados no processo do aprender.”* (p. 89)

Nesse ponto, cabe pensar de que maneira as práticas da Psicologia¹⁵, articu-

14 Cabe ressaltar que assujeitamento não designa um não sujeito. Não se trata de uma impossibilidade de subjetivação, mas de um modo de subjetivação (um processo produtivo; positivado) assujeitado; subordinado; subalternizado. Ver KARSENTI (1992).

15 Como bem observa Monteiro (1991), pensando no caso das práticas psicanalíticas, que ela problematiza no seu trabalho como práticas que repetem o modelo médico de saber-poder. Trata-se de práticas reguladas pelas lógicas de adaptação e da psiquiatria, integrando-se em parcelas significativas dos meios de controle social.

lando-se, assim, ao funcionamento disciplinar das relações de poder e com a sobreposição/articulação ao dispositivo de segurança na produção da subjetividade considerada moderna, destacando o lugar das falas competentes como discursos produtores de docilidade e obediência, configuram-se parte importante na e da criação de uma cultura de valorização da mansidão como característica eminentemente humana.

Para Heckert e Rocha (2013) o que entra em cena com essas duas tecnologias de poder distintas (disciplinar e biopolítica) que se sobrepõem e se articulam, paradoxalmente, são processos de intensificação da vida e que passam a conviver com os processos de sua própria destruição, uma vez que numa perspectiva foucaultiana a morte não se limita a aniquilação biológica, mas a multiplicação dos riscos ou a morte política. É nesse cenário que os profissionais psis são confrontados com novos perigos e novos problemas éticos: a medicalização da vida e os interesses das indústrias de fármacos, somadas às demandas de legitimação técnica da extensão dos poderes judiciários ao controle da infância.

Pensamos em duas vias, que são complementares, dentre muitas possíveis da colaboração histórica da Psicologia nesses processos: configura-se como uma demanda do aparecimento da sociedade moderna para legitimar os modos de existir individualizados e docilizados como dominantes, portanto, os mais próximos do que seria considerado como normal e saudável, mas também como produtora ativa de tal modo de subjetivação. Podemos supor, suposição sobre a qual se apoia essa proposta de pesquisa, que os processos de individualização são condição sem a qual não se pode produzir algo como a obediência. Ao contrário, como campo de produção inventiva, a Psicologia pode colaborar para operar fissuras com essa lógica individualizante fartamente fortalecida pelos processos de medicalização dos chamados processos de cuidado, de aprendizagem e desenvolvimento humanos.

Coimbra (1995) nos inspira a apostar em práticas de diferenciações, mas sem cair numa militância associada a organizações, lemas e ordens, e aproximando-se das produções de:

[...] territórios singulares, novos, onde se consegue apontar para as armadilhas do instituído, para a ocultação, a mitificação e a naturalização das práticas dos modelos oficiais dominantes, onde as proposições – e não os dogmas científicos – são extraídas das relações que estabelecemos entre as práticas sociais e nossas práticas cotidianas (pp. 14-15).

Parece que a transformação das práticas hegemônicas depende fundamentalmente dos lugares estratégicos que ocupamos e da maneira como ocupamos. Não se pode perder de vista a permeabilidade das funções institucionais e desses lugares de poder, já que não se pode simplesmente evitá-los, entendendo-os como os modos possíveis de efetivarmos nossas políticas. Destacamos que, apesar de as práticas profissionais do psicólogo estarem associadas à imagem de humanização dos espaços institucionais, elas estão, historicamente e ao mesmo tempo, operando e aprimorando modos de identificar, classificar, diagnosticar, controlar e amansar.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É, para nós, portanto, o problema da obediência que está no centro da instauração de algo como a governamentalidade e de determinados modos de produção de subjetividades sob a qual as práticas psi engajam-se cotidianamente. Trata-se, ao mesmo tempo, de fortalecer moral e socialmente as condutas obedientes como aquilo que está mais próximo do que se considera humano e criar uma rede institucional que visa, entre outras coisas, complexificar os modos de exercício de poder, produzindo verdades que promovem a legitimação desses valores a partir das falas competentes. E é diante desses desdobramentos que estamos propondo pensar como se experimentar saídas; escapes.

Meira (2012) nos aponta uma direção com seus questionamentos acerca do emparelhamento entre indisciplina, desobediência e sintoma. Pensando, por exemplo, contexto educacional, ela não propõe eliminar do trabalho pedagógico o exercício da disciplina, mas se pergunta como construí-la cotidianamente a serviço da socialização de conhecimentos e desenvolvimento do pensamento crítico. Nesse sentido, ela chama a atenção para o fato de que o processo educativo exige participação ativa e que o recrudescimento da patologização aprisiona processos criativos e desafiadores. *“Qual o limite entre existente entre o aluno que participa ativamente e o aluno hiperativo? De quais fenômenos estamos tratando? Doenças ou desvios da norma? Transtornos ou não adaptação a normas preestabelecidas?”*(Meira, 2012, p. 139).

Na mesma direção e pensando os processos de aprendizagem, para Kastrup (2001) há uma disciplina envolvida na aprendizagem, que está relacionada mais a um constrangimento provocado pelo novo; pela experimentação; pelo deslo-

camento do território que já habitamos. Requer, portanto, uma atividade, um exercitar, um modo de atenção que implica numa desatenção ao caráter utilitário da vida prática. Aprender, portanto, é habitar o campo da invenção, como modo de diferenciação. Para ela, a aprendizagem inventiva é sempre resultado de tensão entre as formas existentes e historicamente constituídas. Vemos, portanto, com preocupação as tentativas de erradicação das inquietudes da infância e das práticas educativas, pois sem elas as transformações requeridas nos processos singulares de tessitura das subjetividades tornam-se inviáveis.

REFERÊNCIAS

- BALESTRIN, Patrícia Abel. “Tantas, sou só uma e sou tantas”. *Polis e Psique*, vol.1, número temático, 2011.
- BAPTISTA, Luís Antônio dos S. “A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas”. In: *Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus. 1999.
- BOARINI, M. L. & YAMAMOTO, O. H. Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, 13(1), 59-72.
- COIMBRA, Cecília M. B. *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Oficina do Autor: Rio de Janeiro, 1995.
- _____. *Psicologia e Política: a produção de Verdades Competentes*, 2002. Disponível em: <<http://www.slab.uff.br/textos/texto67.pdf>>. Acesso em: 1º jul. 2015.
- COLLARES, Cecília Azevedo Lima, MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez. 1996.
- DECOTELLI, Kely Magalhães, BOHRER, Luiz Carlos teixeira & BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A droga da obediência: Medicalização, Infância e Biopoder – Notas sobre Clínica e Política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33 (2), 446-459, 2013.
- FABRIS, E. T. H. & KLEIN, R. R. (orgs). *Inclusão e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica: Curso dado Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes, São Paulo, (2008).

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1988). São Paulo: Martins Fontes, (2008a).

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987 (2008b).

GROS, F. Le Principe Sécurité. Paris: Éditions Gallimard, 2012.

HECKERT, Ana Lúcia. & LOPES, Marisa Lopes da. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. *Psicologia & Sociedade*; 24 (n.sp.): 85-93, 2012.

KARSENTI, Bruno. Pouvoir, assujettissement, subjectivation. Originalmente publicado na Revista *Futur Antérieur*, número 10 : 1992/2. Disponibilizado em: <http://libertaire.free.fr/BKarsenti03.html> Recuperado em 08/12/2017.

KASTRUP, Virgínia. Aprendizagem, Arte e Invenção. *Psicologia em estudo*, Maringá, v. 6, n. 1, p. 17-27. jan/jun, 2001.

LOBO, Lilia Ferreira. A expansão dos poderes judiciários. *Psicologia & Sociedade*; 24(n.sp.):25-30, 2012.

LOURAU, René. René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.

LOPES, Maura Corcini. A Inclusão como ficção moderna. In: *Pedagogia: a revista do curso*. v. , n. 6. p 7- 20. São Miguel do Oeste: Editora UNIOESC, 2004.

MONTEIRO DE ABREU, Ana M. R. O simulacro da clínica. Monografia apresentada ao CEP COP – Curso de Especialização em Psicanálise da Universidade Santa Úrsula – USU/RJ. Rio de Janeiro, 1991.

MOYSÉS, M. A. A. & COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância. *Desidades*, n. 1, ano 1, dez. 2013.

MEIRA. M. E.M. Para uma crítica da medicalização na educação. *Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. v. 16, n. 1. p.135-142. Jan/jun, 2012.

OLIVEIRA, Sandra Raquel Santos de. A obediência como virtude e saúde: atualização do pastorado nas práticas psicológicas contemporâneas. Orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2015.

REIS, Érika F. Justiça e espírito de vingança: o que se quer quando se pede por justiça e o ressentimento do homem atual. Curitiba: Juruá, 2015.

REVEL, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. São Carlos : Claraluz, 2005.

SIBILIA, P. Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro, Contraponto: 2012.

TRAD, L. Grupos Focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseados em experiências com a técnica em pesquisas de saúde. *Physis* (Rio de Janeiro), v. 19, n. 3. 2009. pp. 777-795.

VEIGA-NETO, Alfredo & TRAVERSINI, Clarice. Por que Governamentalidade e Educação Educação e Realidade. 34(2): 13-19, mai ago 2009.

VEYNE, Paul. Foucault Revoluciona a História. In: VEYNE, Paul. Como se Escreve a História. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

PSYCHOLOGY AND LAIC PASTORATE: THINKING OF CHILDHOOD GOVERNMENT STRATEGIES

Abstract: This article is part of a research that has as objective to think of the care and pedagogical strategies invested in childhood that are somehow involved in the production of what we can call a 'quietness culture'. We continue to insist that many care and pedagogical practices, involving in a privileged way the psychological practices, are activated in the sense of strategically composing with the calming policies. The main conceptual key to thinking about these strategies is the notion of State/laic pastorate, an up to date of pastoral practices of a modern Western Christianity institutionalized in church-form in practices guided by knowledges qualified as scientific and articulated to practices of government. In this sense, Psychology's historical collaboration in these processes is configured as a demand for the appearance of modern society to legitimize the individualized and docilized ways of existence as dominant, therefore, those ones the closest to what would be considered normal and healthy through medical and judicializing tactics. On the other hand, as an inventive production field, Psychology can collaborate to operate fissures with this individualizing logic greatly strengthened by the processes of medicalization of the called processes of human care, learning and development. However, it looks like the transformation of hegemonic practices depends fundamentally on the strategic places we occupy and the way we occupy.

The permeability of institutional functions and of these places of power must be seen, understand them as the possible ways of effecting our policies.

Keywords: Psychology. Pastorate. Government. Childhood.

PSICOLOGÍA Y PASTORADO LAICO: PENSAR LAS ESTRATEGIAS DE GOBIERNO DE LA INFANCIA

Resumen: Este artículo es parte de una investigación que tiene como objetivo pensar las estrategias de cuidado y pedagógicas investidas sobre la infancia que de alguna forma están involucradas en la producción de lo que llamaremos una “cultura de la mansedumbre”. Seguimos al acecho de que muchas prácticas de cuidado y pedagógicas, involucrando allí de forma privilegiada las prácticas psicológicas, son accionadas en el sentido de componer estratégicamente con las políticas de amansamiento. La principal clave conceptual para pensar estas estrategias es la noción de pastorado de Estado / laico o contemporáneo, una actualización de prácticas pastorales de un cristianismo occidental moderno institucionalizado en la forma-iglesia en prácticas orientadas por saberes calificados como científicos y articulados a prácticas de gobierno. En ese sentido, la colaboración histórica de la Psicología en esos procesos se configura como una demanda de la aparición de la sociedad moderna para legitimar los modos de existir individualizados y docilizados como dominantes, por lo tanto, los más cercanos de lo que sería considerado como normal y sano, a través de tácticas medicalizantes y judicializantes. Por otro lado, como campo de producción inventiva, la Psicología puede colaborar para operar fisuras con esa lógica individualizadora fuertemente fortalecida por los procesos de medicalización de los llamados procesos de cuidado, de aprendizaje y desarrollo humanos. Sin embargo, parece que la transformación de las prácticas hegemónicas depende fundamentalmente de los lugares estratégicos que ocupamos y de la forma en que ocupamos. No se puede perder de vista la permeabilidad de las funciones institucionales y de esos lugares de poder, entendiéndolos como los modos posibles de hacer efectivas nuestras políticas.

Palavras-Clave: Psicologia. Pastorado. Gobierno. Infancia.